

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Paula Gomes de Souza Ribeiro¹
Ágata Laisa Laremborg Alves Cavalcanti²

RESUMO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é um programa que tem por objetivo aprimorar a formação do graduando nos cursos de licenciatura. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar um estudo acerca do PRP enquanto política pública de formação de professores. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, nos quais foram utilizados os fundamentos legais da PRP, Resoluções CNE/CP n. 4/2018, n. 2/2017, n.02/2015; LDBEN n. 9.394/96; Portaria GAB n. 38/2018; Constituição Federal (1988); Editais CAPES; Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica; BNCC; BNC-formação e revisões bibliográficas articuladas aos referenciais de formação de professores. A pesquisa foi estruturada descrevendo o PRP enquanto política pública de formação de professores. Assim, compreendemos que o PRP busca romper com a clássica distância entre a teoria e a prática docente por meio de uma experiência mais larga e de uma atuação dividida entre a universidade e a escola da Educação Básica. Por conter uma carga horária ampliada, colabora para o que o futuro docente passe a compreender e ter experiências no âmbito escolar em um formato mais aprofundado. O PRP integra a política de formação de professores e sugere uma experiência docente na Educação Básica como uma proposta inovadora e encarando vários desafios. Assim, destacamos a necessidade de ampliar as pesquisas acerca das contribuições dos Programas de Iniciação à Docência para o fortalecimento da qualidade da educação e da formação inicial de professores, a fim de oportunizar uma discussão sobre a construção da identidade docente no contexto escolar.

Palavras-chave: Formação Inicial, Política Educacional, Residência Pedagógica, Educação Básica.

INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é um programa que tem por objetivo aprimorar a formação do graduando nos cursos de licenciatura, possibilitando que o aluno seja inserido na escola a partir da metade do curso, período que coincide com o Estágio Supervisionado. Conforme o Edital CAPES n. 06/2018, “[...] durante e após a imersão o residente deve ser estimulado a refletir e avaliar sobre sua prática e relação com a profissionalização escolar e com isso fazendo registro em relatório pra contribuir a avaliação de socialização de sua experiência como residente”. (CAPES, 2018, p. 19).

Acerca disso, Pimenta e Lima (2006, p. 07) destacam que é necessário pensar a teoria como referência para a prática a fim de promover a articulação entre teoria e prática no

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências da Natureza CAFS/UFPI. 1807ribeiropaula.rp@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências da Natureza, do Campus Amílcar Ferreira Sobral, da Universidade Federal do Piauí, agatalaysa@ufpi.edu.br

Estágio Supervisionado. Neste sentido, é necessário que os estudantes sejam inseridos no contexto educacional, tenham a oportunidade de vivenciar experiências da realidade escolar, busquem analisá-las e questioná-las criticamente à luz de teorias.

Em 2018, foi lançado a primeira versão do Edital do Programa Residência Pedagógica pela CAPES. A proposta do edital visava assessorar o aprimoramento do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior e, para isso, o Edital apresentou três fases: a primeira era treinamento de 60 horas; a segunda fase, de caracterização e imersão na escola, de 60 horas; e, por fim, a terceira fase, sendo a regência de classe, contendo 320 horas (CAPES, 2018).

Somente a partir da prática enquanto atividade transformadora é possível desenvolver estratégias pedagógicas que contribuam na resolução dos problemas presentes no ambiente de atuação do professor, fundamentadas na teoria (VÁSQUEZ, 2007). Ao compreender a necessidade da articulação efetiva entre teoria e prática, estabelecemos uma dialética de formação na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória.

Este estudo parte das vivências adquiridas como acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza (LEDOC), do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), bem como, das experiências oportunizadas pela participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Escola Municipal Benedito Rodrigues da Silva, localidade Tabuleiro do Mato, e da participação no primeiro Edital do Programa Residência Pedagógica, da área de Educação do Campo, de Floriano-PI, na Escola Municipal Aldenira Nunes, localizada na comunidade L3, sendo notória a contribuição dos programas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar um estudo acerca do Programa Residência Pedagógico enquanto política pública de formação de professores. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, como veremos adiante.

METODOLOGIA

Este presente artigo se desenvolve através de uma abordagem qualitativa, que, segundo Corrêa (2008, p11), a “[...] pesquisa qualitativa é quando a técnica de pesquisa busca entender as dinâmicas de um ou poucos objetos de estudo, sem preocupações relacionadas a números e quantidade, apenas com as características qualitativos do objeto de estudo”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é definida por qualquer tipo de coleta de dados que visa detalhar

diferentes textos por diferentes técnicas de análise que não atenta para um perfil numérico. Não faz determinações de valores, nem medidas. Devido ao caráter particular da pesquisa qualitativa, suas consequências não devem ser exibidas por meio de soluções estatísticas, mas pelo meio de relatórios que focalizam nos pontos de vista analisados.

O objetivo dessa pesquisa é compreender a importância do Programa Residência Pedagógica para a formação do educador do campo. Dessa forma, torna-se necessário a utilização de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para Corrêa (2008, p.11), a pesquisa documental é aquela que se caracteriza “[...] quando todas as informações da pesquisa são encontradas ou retiradas de livros e documentos. Normalmente, é o primeiro passo para uma pesquisa pode ser associada a qualquer outro tipo de pesquisa, servindo de base para o aprofundamento determinado tema”. Nesse sentido, os documentos avaliados podem ser atualizados ou antigos e podem ser utilizados para descrever contextos históricos, culturais, sociais e econômicos de um espaço ou grupo de indivíduos em algum período da história.

Segundo Prodanov (2013, p131), “[...] destacamos que a finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou uma descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos”. Foram analisados documentos dos fundamentos legais da PRP, leis, resoluções, constituição, LDB, editais CAPES RP (2018, 2020), Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica, BNC formação, portarias CAPES RP e revisões bibliográficas referentes e articuladas aos referenciais de formação de professores.

Recorremos à análise documental para realizar a organização e análise dos dados. Segundo Gil (2008), o mais levante em análise de dados é o cuidado no contexto da unidade social. Dessa forma, Gil (2008) enfatiza que a pesquisa documental adota os mesmos métodos da pesquisa bibliográfica.

De acordo com Corrêa (2008), Gil (2008) e Prodanov (2013), foram realizadas as análises documental e bibliográfica, nos quais foram utilizados os fundamentos legais da PRP, leis, resoluções, constituição, editais CAPES PRP, Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica, BNC formação, portarias CAPES RP e revisões bibliográficas articuladas aos referenciais de formação de professores. A fundamentação teórica foi construída a partir dos objetivos expostos e nomeada da seguinte forma: Programa Residência Pedagógica enquanto Política Pública de Formação de Professores

A seguir, discutiremos sobre o Programa Residência Pedagógica enquanto Política Pública de formação de professores.

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação inicial de docente atua com uma preparação para exercer a profissão, constituindo um momento de passagem do estudante do curso de licenciatura para o magistério. É indispensável nessa etapa, que compreende a fase de formação inicial, que signifique uma instrução ininterrupta do futuro professor. Por meio do PRP, o estudante (residente) em formação adquire saberes relacionadas à profissão docente por estarem em contato com a realidade escolar, tendo em vista, também, a justaposição entre as IES e o espaço escolar (CAPES, 2018).

A partir dessa temática foram analisados documentos que embasassem a construção do capítulo seguinte, que expõe a residência pedagógica como política pública, assim, favorecendo uma formação inicial de qualidade, e ainda tivemos uma análise abordando conteúdo que foi efetivada por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir dos autores, para discutir com embasamento teórico as contribuições do PRP para a formação inicial dos residentes.

O PRP foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC), através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Portaria GAB 38, de 28 de fevereiro de 2018. Em seu primeiro Edital CAPES nº 06/2018, o PRP teve como objetivos:

I - Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnósticos sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias. II – Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica. III – Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores. IV - Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018, p. 01).

Diante dos objetivos expostos, o Programa Residência Pedagógica contribui para formação do residente promovendo uma interação entre a teoria e prática docente, contribuindo para uma formação inicial com todos os elementos que o residente necessita para uma formação de qualidade.

O PRP foi também elaborado em concordância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um projeto que fortalece o desempenho das redes de ensino no desenvolvimento de futuros docentes e, assim, promovendo a adaptação dos currículos e

atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura às direções da BNCC(CAPES,2020). Em síntese, a ideia central é instruir os discentes para que sejam capazes de discorrer sobre as habilidades, as atribuições e os conteúdos previstos na BNCC e que irá fazer parte do componente da conjectura externa.

Nesse sentido, o PRP foi delineado a partir do que preconiza a BNCC, que consiste em “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7). A BNCC foi criada com o objetivo de estimular e assegurar o absoluto desenvolvimento intelectual, social e artístico dos discentes. Deste modo, o documento também é um instrumento para basear a característica do ensino ao colocar os coeficientes de desenvolvimento onde quaisquer estudantes podem ter permissão para acesso. O PRP aliado com a BNCC traz inúmeras vantagens, já que todo sistema educacional tem uma data prevista para estar totalmente adequado às orientações da BNCC.

Em 2019, foi instituída a Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que “[...] define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação)” (BRASIL, 2019, p. 1). Diante dessa resolução, podemos destacar:

[...]Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base (1) Resolução CNE/CP 2/2019.Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), constante do Anexo, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente. Parágrafo único. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018 (MEC, 2019, p1e p2).

No parágrafo único seguinte, do Art. 1º, declara que BNC - formação e as DCNs para formação inicial nos cursos de licenciaturas para Educação Básica se embasa na ação da BNCC, estabelecida pelas Resoluções CNE/CP n. 2/2017 e CNE/CP n. 4/2018 (BRASIL, 2019), bem como da Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

A BNCC não rege sozinha as diretrizes da educação. Conforme a LDBEN/96, em seu Art. 62, podemos destacar que:

§ 1o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2o A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3o A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 4o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

§ 6o O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação – CNE [...]

§ 8o Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2020, p. 43).

O disposto estabelecido na LDBEN/1996 vai ao encontro da Constituição Federal de 1988, no seu Art.205, que aponta que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988).

Entendemos que a LDBEN/1996 traz como principal desígnio conduzir a educação brasileira. Indo ao encontro desse panorama, a LDB aponta que o docente precisará ter um apoio teórico sólido, constituído em concordância entre as noções teóricas e práticas, de maneira que possua habilidades a serem realizadas na prática profissional. Nesse caminho, as interações com políticas educacionais tornam-se necessárias para atender uma articulação necessária entre a escola e as IES. Dessa forma, a Residência Pedagógica surge como programa que auxilia os estudantes de licenciatura a ter uma formação inicial que segue as diretrizes da educação, tornado o ensino-aprendizagem que articula a teoria com práticas pedagógicas.

O Ministério da Educação e Cultura, através da CAPES, em consenso ao que prega a Resolução CNE/CP N° 02, de 1° de julho de 2015, fomentada pela nova Resolução CNE/CP N° 02, de 20 de dezembro de 2019, conduz de forma a orientar princípios básicos na formação docente e, assim, abranger os indivíduos aliados para que se atinjam os alvos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Seguindo esses

parâmetros, foi lançado o Edital CAPES n.º 06/2018, com o Programa Residência Pedagógica.

Vale, também, ressaltar que a Resolução CNE/CP N° 02, de 1º de julho de 2015, relata sobre a formação inicial no Art. 10, que:

Art. 10 A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino. Parágrafo único. As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;
- II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional (BRASIL, 2015, p. 9).

Diante do exposto, a Resolução CNE/CP n. 02/2015 visa garantir a base comum nacional, ajustada pelo entendimento sobre o ensino como metodologia independente e constante e reconhecendo a peculiaridade das tarefas docentes que guiam as práticas como procedimento da articulação entre teoria e prática e a cobrança para que sejam levados em conta ambientes de acordo com sua realidade nas instituições, vivenciados junto à realidade em que estão entreposto (BARREIRO; GEBRAN, 2006). A Resolução CNE/CP n. 02, de 20 de dezembro de 2019, que aborda das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de docentes para a Educação Básica e que estabelece a BNC para a Formação Inicial de docente da Educação Básica conduz o tema das teorias e das práticas, assegurando que a formação docente e demais qualificação da educação deve integrá-las, bem como dar valor à profissionalização docente (BRASIL, 2019).

Diante desse cenário, as políticas de formação docente mostram que mudanças no ensino são importantes para trilhar caminhos que ajudam a ganhar melhoria tanto no âmbito social, cultural e econômico e, assim, afirmando planejamento da educação nas escolas que são contempladas nos projetos do governo que são executadas através de reformas realizadas no ensino, que tem a formação docente como chave principal na implementação (MIRANDA; JUNIOR, 2016). Dessa forma, destacamos o PRP como uma ação de política pública que auxilia na formação inicial do futuro professor.

França-Carvalho e Cavalcanti (2019, p. 418) consideram a formação de professores como:

[...] uma prática social pluridimensional evidenciada por componentes comunicativos, psicológicos, afetivos, éticos, estéticos, políticos, antropológicos, deontológicos e práticos. Trata-se de uma práxis criadora e situada que, ao se materializar na ação eminentemente reflexiva, deliberativa e pedagógica do professor aproxima o trabalho docente de um ofício intelectual, cuja natureza está concentrada na razão prática da ecologia em sala de aula.

O PRP foi direcionado para formação primária dos docentes, favorecendo os estudantes dos cursos de licenciaturas, a experiência de trabalhar como professor em um formato dinâmico com duração de 440h de prática didática, com acompanhamento de um preceptor e um docente orientador (CAPES, 2018). Essa vivência possibilita ao aluno residente conhecer melhor a escola do que no estágio comum, conseguindo, então, desenvolver aptidões que irão fazer diferença na formação, tornando-o um professor mais atuante. (FREITAS, FREITAS, ALMEIDA, 2020).

A colocação do graduando em sala de aula através do PRP possibilita que o licenciando tenha oportunidade de praticar o conhecimento adquirido em sala na universidade, assim, promovendo uma bagagem de conhecimentos e vantagens tanto para o residente quanto para escola. Segundo a Portaria GAB nº 38/2018:

Art.1º Instuir o Programa de Residência Pedagógica com a finalidade de apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que esmulem a arculação entre teoria e práca nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica (CAPES,2018, p. 01).

Após a aprovação da Portaria, a CAPES lançou, em março de 2018, o edital 06 /2018, no qual visava “[...] selecionar, no âmbito do PRP, Instituições de Ensino Superior (IES) para implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica (CAPES, 2018, 2020. P. 1). Conforme o referido edital, o programa possui carga horária de 440 horas e duração de 18 meses, com carga horária descrita conforme mostra a Figura 1. Os participantes são: os residentes, que compreendem os alunos das Licenciaturas; o preceptor, que é o professor da escola-campo; o docente orientador, correspondendo ao professor da Instituição de Ensino Superior (IES); e o coordenador institucional, que realiza a coordenação do projeto.

Figura 1 - Carga horária do Programa Residência Pedagógica conforme o Edital da CAPES n. 06/2018.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em 2020, foi lançado o segundo edital do PRP, o edital n. 01/2020, no qual continua com o mesmo objetivo e duração. A única mudança foi divisão da carga horária que o residente terá que cumprir, sendo dividida em três módulos de 138 horas, que compõem o projeto de residência pedagógica. Deverão contemplar as seguintes atividades: 86 horas para treinamento, caracterização e imersão na escola juntamente com o preceptor e o docente orientador, 12 horas de elaboração de planos de aula e 40 horas de regência com acompanhamento do preceptor, com duração de 6 (seis) meses para cada módulo.

Existe uma variedade de atividades pedagógicas que o residente do PRP disponibiliza aos alunos da escola escolhida pelo programa e que auxiliam no ensino e aprendizagem, principalmente em uma escola do campo, onde os recursos são muito limitados, e ter um programa atuando de forma efetiva é muito enriquecedor. Para o bolsista ou voluntário do PRP, ter a oportunidade de participar do programa é uma experiência significativa, pois prepara o futuro professor para seu campo de atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido teve como objetivo apresentar um estudo acerca do Programa Residência Pedagógica enquanto política pública de formação de professores. O PRP surge como uma política de ampliação da formação inicial de professores, tal como o PIBID, divergindo deste por atuar no eixo da regência. Ao analisarmos o PRP como política pública de formação de professores, encontramos vários documentos que compõem o PRP, como a BNCC, que foi criada com o objetivo de estimular e assegurar o absoluto desenvolvimento intelectual, social e artístico dos discentes, e a BNC-Formação (2019), que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.

As Resoluções CNE/CP n. 2/2017 e CNE/CP n. 4/2018, Resolução CNE/CP Nº 02, de 1º de julho de 2015, bem como da Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDBEN), a Portaria GAB n. 38/2018, que institui o RP e os editais referentes às duas edições PRP, também foram analisadas sobre a formação de professores e os direitos e deveres da educação. Assim, compreendemos que o Programa Residência Pedagógica busca romper com a clássica distância entre a teoria e a prática docente por meio de uma experiência mais larga e de uma atuação dividida entre a universidade e a escola da Educação Básica. Por conter uma carga horária ampliada, colabora para o que o futuro docente passe a compreender e ter experiências no âmbito escolar em um formato mais aprofundado.

O PRP integra a política de formação de professores e sugere uma experiência docente na Educação Básica como uma proposta inovadora e encarando vários desafios. Nesse contexto, também possibilita que o estudante consiga trocar informações com os professores. Assim, destacamos a necessidade de ampliar as pesquisas acerca das contribuições dos Programas de Iniciação à Docência para o fortalecimento da qualidade da educação e da formação inicial de professores, a fim de oportunizar uma discussão sobre a construção da identidade docente no contexto escolar.

REFERÊNCIA

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislação/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015pdf/file>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, v. 1, p. 87 a 90-87 a 90, 2019.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/capes/educacao_basica/programa_residencia_pedagogica. Acesso em: 07 jun. 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/educacao_basica/programa_residencia_pedagogica. Acesso em: 07 jun. 2021.

CAPES. **Portaria GAB n. 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/01032018-portaria-n-38-de-28-02-2018-residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

CORRÊA, L. N. **Metodologia Científica**: Para trabalhos acadêmicos e artigos científicos Florianópolis, SC: Do Autor, 2008.

FRANÇA-CARVALHO, A. D.; CAVALCANTI, Á. L. L. A. O Programa Residência Pedagógica e a articulação com o Estágio Supervisionado na Universidade Federal do Piauí. In: TAVARES, A. SOUSA, K. C. S.; CRUZ, K. (org.). **Residência pedagógica e formação docente em debate inicial**: formação docente em questão. Natal: IFRN, 2019. p.417-435.

FREITAS, Mônica Cavalcante; FREITAS, Bruno Miranda; ALMEIDA, Danusa Mendes. Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; JUNIOR, Antonio Germano Magalhães. Política educacional, formação de professores e profissão docente: um olhar sobre a formação docente em história na UECE. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 10, n. 19, 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**. v. 3, n. 3 e 4, pp.5-24, 2006.

PREG/CGPFI-UFPI. Edital Nº 1/2020 de 06 janeiro de 2020. Seleção de alunos bolsistas e voluntários para o programa residência pedagógica. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Edital-1-2020-Resid%C3%Aancia-Pedag%C3%B3gica20200109144825.pdf. Acesso 08 de junh.2021.

PREG/CGPFI-UFPI. **Edital nº 02 de 25 de junho de 2018**. Seleção de alunos bolsistas e voluntários para o programa residência pedagógica. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/pibid/arquivos/files/EDITAL%20RESIDENCIA%20ALUNO%202018%20retificado\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/pibid/arquivos/files/EDITAL%20RESIDENCIA%20ALUNO%202018%20retificado(1).pdf). Acesso em: 08 de jun. 2021.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Acesso em: 17 maio. 2021.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2007.